

## Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Uniconsult Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### Apresentação

A Uniconsult Administradora de Benefícios oferece planos coletivos por adesão de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de comercialização e atendimento dos nossos clientes, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, permitiu que nos destacássemos entre as principais administradoras de benefícios do Brasil.

### Política de Destinação dos Lucros

Conforme contrato social, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação de sócios representando ao menos 75% do capital social.

### Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Tivemos dois anos de muitos desafios para a Uniconsult, ocasionado pela pandemia no Brasil **que ocasionou algumas mudanças. Em 2022 a Uniconsult decidiu retomar a volta ao escritório, mas agora operando em modelo híbrido, onde os colaboradores vão somente duas vezes por semana** presencial. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Da mesma forma, tivemos cuidado e atenção especial com nossos clientes, evitando que percebessem, por imposição da nova dinâmica de trabalho, qualquer redução na qualidade de nosso atendimento. Mantivemos todos os nossos índices de excelência e atendimento levando aos nossos clientes a melhor experiência na gestão de seus planos de saúde. Mesmo com todos os obstáculos impostos, 2022 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na sua estratégia de crescimento. O Relatório Anual traz informações sobre o progresso de nossa Visão, parte das nossas estratégias e demais apontamentos.

Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa como alavanca de suporte ao nosso crescimento.

### Reorganização societária

Em 1 de outubro de 2021, 75% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Em 2022 não houve mudança.

### Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Empresa vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2023, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos

e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

**Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde**

A Companhia não investiu em programas voltados a promoção e prevenção de saúde.

**Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento**

A UNICONSULT afirma que ao final do ano de 2022, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

### Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.

### Agradecimentos

Agradecemos ao apoio e participação dos sócios, colaboradores, clientes, parceiros e operadoras de planos de saúde que contribuíram, direta ou indiretamente, para o bom desempenho dos resultados da empresa.

A Administração.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Conselho de Administração da  
Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda.  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

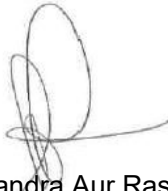
divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda  
CRC SP-034519/O



Alessandra Aur Raso  
CRC SP-248878/O

## UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>9.942</b>	<b>10.695</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>4.151</b>	<b>5.581</b>
Disponível	7	6.178	2.202	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		2.212	3.335
<b>Realizável</b>		<b>3.764</b>	<b>8.493</b>	Contraprestações / Prêmios a Restituir		143	616
Aplicações financeiras		501	4.928	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		425	663
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	8	501	1.857	Comercialização sobre operações		5	194
Aplicações Livres		-	3.071	Débitos de Operações de Administração de Benefícios	14	1.639	1.862
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	1.275	1.517	Provisão para IR e CSLL		492	714
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		1.275	1.517	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		613	865
Créditos Tributários e Previdenciários		-	283	Débitos Diversos	15	834	667
Bens e Títulos a Receber	10	1.988	1.765				
				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.343</b>	<b>5.197</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.128</b>	<b>2.813</b>	Provisões		5.170	5.116
Depósitos Judiciais e Fiscais	12	2.632	2.644	Provisões para Ações Judiciais	17	5.167	5.116
Créditos Tributários e Previdenciários		292	-	Provisões para Tributos Diferidos		3	-
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		23	39	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		-	81
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>2.947</b>	<b>2.683</b>	Débitos Diversos	15	173	-
<b>Imobilizado</b>		<b>543</b>	<b>130</b>				
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		101	130	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.576</b>	<b>2.730</b>
Direito de uso de arrendamentos	16	442	-	Capital Social	18	150	150
<b>Intangível</b>	13	<b>1.638</b>	-	Reservas de Lucro		5.426	2.580
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.070</b>	<b>13.508</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.070</b>	<b>13.508</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>37.428</b>	<b>36.992</b>
Receitas com Administração		39.976	39.596
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(2.548)	(2.604)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>(7.637)</b>	<b>(5.873)</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		15	2.766
Outras Receitas Operacionais		15	2.766
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(7.587)	(8.598)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	19	(6.437)	(7.629)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(1.150)	(969)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(65)	(41)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>29.791</b>	<b>31.119</b>
Despesas Administrativas	20	(8.562)	(8.384)
Despesas de comercialização		(3.193)	(4.138)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	21	<b>760</b>	<b>211</b>
Receitas Financeiras		2.100	1.268
Despesas Financeiras		(1.340)	(1.057)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>18.796</b>	<b>18.808</b>
Imposto de Renda	22	(4.925)	(5.021)
Contribuição Social	22	(1.774)	(1.816)
Impostos Diferidos		33	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>12.130</b>	<b>11.971</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código EDF9-666B-37FC-0547.

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	18	12.130	11.971
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>12.130</b>	<b>11.971</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código EDF9-666B-37FC-0547.



UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital/ Patrimônio Social	Reserva Legal	Reserva de lucro	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>150</b>	<b>30</b>	-	<b>(158)</b>	<b>22</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.971	11.971
Distribuição de lucros		-	-	-	(9.263)	(9.263)
Dividendo adicional proposto		-	-	2.550	(2.550)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>150</b>	<b>30</b>	<b>2.550</b>	-	<b>2.730</b>
Ajuste por adoção de Norma Contábil		-	-	962	-	962
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022</b>		<b>150</b>	<b>30</b>	<b>3.512</b>	-	<b>3.692</b>
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	12.130	12.130
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-
Dividendos antecipados	18	-	-	-	(9.491)	(9.491)
Pagamento de Dividendo adicional proposto		-	-	(755)	-	(755)
Dividendo adicional proposto	18			2.639	(2.639)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>150</b>	<b>30</b>	<b>5.396</b>	-	<b>5.576</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		293.762	292.330
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		277.610	258.561
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		887	335
(+) Outros Recebimentos Operacionais		517	2.747
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(255.333)	(251.659)
(-) Pagamentos de Comissões		(3.425)	(3.569)
(-) Pagamentos de Pessoal		(5.914)	(5.258)
(-) Pagamentos de Pró-Labore		(5.672)	(6.311)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(722)	(828)
(-) Pagamentos de Tributos		(9.699)	(10.920)
(-) Pagamentos de Aluguel		(416)	(697)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(118)	(126)
(-) Aplicações Financeiras		(273.045)	(261.895)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(3.790)	(5.941)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>14.642</b>	<b>6.769</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(130)	-
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas		(290)	-
<b>Caixa das atividades de investimentos</b>		<b>(420)</b>	<b>-</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(10.246)	(9.263)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>		<b>(10.246)</b>	<b>(9.263)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>3.976</b>	<b>(2.494)</b>
Caixa - saldo inicial	7	2.202	4.696
Caixa - saldo final	7	6.178	2.202
Ativos livres no início do ano (*)		2.202	4.696
Ativos livres no fim do ano (*)		6.178	2.202
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>		<b>3.976</b>	<b>(2.494)</b>

(\*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível acrescido dos saldos de Aplicações Livres (contas 1222 e 1312)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código EDF9-666B-37FC-0547.

## UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 1 Informações Gerais

#### a) Contexto Operacional

A Uniconsult – Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Uniconsult” ou “Empresa”), fundada em 26 de fevereiro de 2016 e com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, obteve em maio de 2016 autorização de funcionamento pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Tem por objeto social a administração de benefícios de assistência à saúde, podendo:

a) promover a reunião de pessoas jurídicas contratantes de serviços de saúde na forma do art. 23 da RN nº 195, de 14 de julho de 2009; b) contratar plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; c) oferecer planos de assistência à saúde para associados das pessoas jurídicas contratantes; d) fornecer apoio técnico na negociação de reajustes, aplicação de mecanismos de regulação pelas operadoras de planos de saúde e alteração de rede assistencial; e) dar apoio à área de recursos humanos das pessoas jurídicas contratantes na gestão de benefícios dos planos de assistência à saúde; e f) fornecer serviços de: terceirização de serviços administrativos, movimentação cadastral, conferência de faturas, cobrança ao beneficiário por delegação, e consultoria para prospectar o mercado e sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente de acordo com a prática a ser atribuída.

### 2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528.

Através da RN 528 de 29 de abril de 2022, a ANS sustentou a posição de adotar a partir de 2023 o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e de não adotar ICPC22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, Pronunciamentos Técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

## II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

## III. Adoção Inicial de novas normas

### i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento CPC 06 (R02) foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2019, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A referida norma estabelece critérios para evidenciar, em balanço patrimonial, os compromissos assumidos em contratos de arrendamento, em contrapartida a um ativo de direito de uso do correspondente bem arrendado.

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo com efeito cumulativo, abordagem simplificada, sugerido pela norma, utilizando o saldo de pagamentos remanescentes. As informações comparativas não são reapresentadas.

Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de arrendamento em 1º de janeiro de 2022. A Empresa optou por utilizar taxa de desconto única para contratos de características semelhantes, diferenciadas pelo prazo do contrato. As taxas aplicadas aos passivos de arrendamento pelo Empresa estão no intervalo de 8,46% e 13,16% ao ano.

### ii) CPC 47 - Receita de contrato com clientes – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento CPC 47 foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2018, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A Empresa adotou o CPC 47 aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo.

A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, passaram a ser capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Empresa.

### iii) Impactos estimados da adoção das normas CPC 47 e CPC 06 (R2) na data de abertura das demonstrações financeiras:

Balço Patrimonial	Divulgado			Adoção de Normas
	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	01/01/2022
Créditos tributários (a)	283	247	12	542
Imobilizado	130	-	700	830
Intangível	-	727	-	727
<b>Ativo</b>	<b>413</b>	<b>974</b>	<b>712</b>	<b>2.099</b>
Débitos Diversos (arrendamento circulante)	-	-	397	397
Débitos Diversos (arrendamento não circulante)	-	-	324	324
Provisões para tributos diferidos	-	-	3	3
Patrimônio líquido	2.730	974	(12)	3.692
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.730</b>	<b>974</b>	<b>712</b>	<b>4.416</b>

(a) Refere-se a imposto de renda diferido

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção do CPC 06 (R2) e CPC 47 na demonstração de resultado caso a data de aplicação da norma fosse 1º de janeiro de 2021.

Demonstração do Resultado	Divulgado			Após adoção de normas
	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	31/12/2021
Despesas administrativas	(8.384)	-	34	(8.350)
Despesas de comercialização	(4.138)	727	-	(3.411)
Resultado Financeiro	1.268	-	(56)	1.212
Impostos diferidos	(6.837)	247	10	(6.580)
<b>Lucro líquido</b>	<b>11.971</b>	<b>974</b>	<b>(12)</b>	<b>12.933</b>

### 3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

#### I. Princípios gerais:

Os ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

#### Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passou a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e

atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

##### a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

##### b) Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

##### c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

#### I. Disponível, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras

Abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 521/2022. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.
- Livres que são resgatáveis de acordo com o prazo contratado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

## II. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão a Empresa efetua as operações de cobrança dos beneficiários e as repassa às operadoras de saúde, através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos. Essas operações são contabilizadas na rubrica do ativo "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", em contrapartida das rubricas de valores devidos às operadoras e às contas de resultado relativas à taxa de administração. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica "Receita antecipada de contraprestações".

### III. Provisão para perdas sobre créditos

A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Não prevemos expectativa de outras perdas.

#### I. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

#### I. Intangível

Está representado principalmente: (i) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; (ii) pelas licenças de softwares e softwares em uso, pagos a terceiros; (iii) pelo custo de obtenção com novos contratos.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

#### II. Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

### III. Benefícios a Empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota nº.15.

#### IV. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. A principal receita é a de taxa de administração, taxa essa que corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

#### V. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

#### VI. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Já as provisões cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

## 4 Principais Estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.



As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão.

## 5 Instrumentos Financeiros

### a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue abaixo:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros:</b>				
Aplicações financeiras	-	501	-	4.928
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.275	-	1.517	-
Bens e títulos a receber	1.988	-	1.765	-
<b>Passivos financeiros:</b>				
Contraprestações / Prêmios a Restituir	143	-	616	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	425	-	663	-
Comercialização sobre operações	5	-	194	-
Débitos de operações de administração de benefícios	1.639	-	1.862	-
Débitos diversos (circulante e não circulante)	1.007	-	667	-

### Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.
- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.

- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2022	31/12/2021
	Nível 1	
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>		
<u>Aplicações financeiras</u>	501	4.928

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

#### Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

#### b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

#### Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3 iii.

#### Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 45 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	Ativo circulante	8	501	4.928
<b>Total</b>			<b>501</b>	<b>4.928</b>

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menores riscos, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "A-" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$113 (R\$42 em 2021).

#### Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

#### Capital Base

O Capital Base, regulamentado pela RN 526 a partir de junho de 2022, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo seguimento.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital base calculado é de R\$ 476 (R\$ 425 em 2021), estando em conformidade com a norma.

#### Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 526 de junho de 2022.

Conforme exposto no art.9 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital base;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório é o maior valor entre o capital base e a margem de solvência;

- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.
- iv) Em 31 de dezembro de 2022 o PLA calculado é de R\$ 3.691 (R\$ 2.730 em 2021), estando enquadrado na respectiva instrução normativa no exercício findo.

#### Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestações / Prêmios a Restituir	143	616
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	425	663
Comercialização sobre operações	5	194
Débitos de operações de administração de benefícios	1.639	1.862
Débitos diversos	834	667
<b>Total</b>	<b>3.046</b>	<b>4.002</b>

## 6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa iniciou o exercício 2022 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC 15	Combinação de negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente emitida em 2018. Ela também inclui no CPC 15 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25, mantendo para o comprador a aplicação dessa norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 – Tributos, o comprador aplica essa norma para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

Normas	Descrição da alteração
CPC 27	Ativo Imobilizado: a alteração não permite que uma entidade deduza do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 37	Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da norma por uma subsidiária que adote o CPC pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

#### Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023:

Normas	Descrição da alteração
CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração concluiu que não teremos impactos para a Empresa por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substituiu o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Empresa concluiu que não teremos impactos devido a essas mudanças.
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Empresa concluiu que não teremos impactos devido a essa mudança.
CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afetem o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Empresa concluiu que não teremos impactos com tais mudanças.

#### Normas que estão em vigor, mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS

CPC 48	O CPC 48 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
--------	--

i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- b) Com relação ao novo modelo de *impairment*, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito Impactos da adoção das normas contábeis

Caso o CPC 48 fosse aprovado pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Empresa:

Balanco Patrimonial	2022	2021
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(816)	(1.626)
<b>Ativo</b>	<b>(816)</b>	<b>(1.626)</b>
Patrimônio líquido	(816)	(1.626)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>(816)</b>	<b>(1.626)</b>
Demonstração do Resultado	2022	2021
Provisão para perdas sobre créditos	(816)	(1.626)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(816)</b>	<b>(1.626)</b>

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que possam, na avaliação da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa até o presente momento.

## 7 Disponível

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta depósito - movimento – país	4.402	2.201
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)	1.775	-
Caixa	1	1
<b>Total</b>	<b>6.178</b>	<b>2.202</b>

(\*) Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 75,50% a 100,00% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.

## 8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento ANS (*)	501	1.857
Aplicações Livres	-	3.071
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>4.928</b>

(\*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 22, de 29 de abril de 2022 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

## 9 Créditos de Operações com Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Administração de Benefícios de Planos de Assistência Médico-Hospitalar	1.275	1.517
<b>Total</b>	<b>1.275</b>	<b>1.517</b>

### Cronograma de Vencimentos – Aging List

Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Empresa nos respectivos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	22	17
Até 30 dias	1.038	1.249
De 31 a 60 dias	215	251
<b>Total</b>	<b>1.275</b>	<b>1.517</b>

### Provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	-	414
Perdas Efetivas	(1.150)	(1.383)
<b>Perdas com créditos incobráveis</b>	<b>(1.150)</b>	<b>(969)</b>

- a) A Empresa efetuou em 2020 o reconhecimento da perda esperada com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste, ao longo de 2021 os valores foram revertidos conforme efetivação.

## 10 Bens e Títulos a Receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a Identificar Seguradoras/Operadoras (*)	1.882	1.702
Outros valores e bens	106	63
<b>Total</b>	<b>1.988</b>	<b>1.765</b>

(\*) Referem-se substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa, através de encontro de contas a receber e a pagar entre a Empresa e as operadoras/seguradoras.

## 11 Partes Relacionadas

a) Saldos e transações de ativos e passivos com empresas ligadas:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Ativo		Passivo	
Operações <i>Intecompany</i> (i)	-	-	7	1

i) Trata-se de valores alocados no grupo de bens e títulos a receber ou débitos diversos relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.

Abaixo segue quadro com as movimentações de partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022	
	Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
Serviços corporativos e rateios (i)	(4)	4

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração a administradores	166	1.834	162	1.496



## 12 Depósitos Judiciais e Fiscais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Tributários (*)	2.548	2.548
Regulatório	54	54
Cíveis	30	42
<b>Total</b>	<b>2.632</b>	<b>2.644</b>

(\*) Referem-se basicamente relativos à denúncia espontânea dos débitos de ISS apurados no período de julho de 2016 a agosto de 2020.

## 13 Intangível

Está composto como segue:

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2022
Aquisições de cessão de direitos	20	323	(22)	301
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	97	(14)	83
Comissão de Obtenções de Vendas	40	1.656	(402)	1.254
<b>Total ativos intangíveis</b>		<b>2.076</b>	<b>(438)</b>	<b>1.638</b>

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Aquisições de cessão de direitos	-	323	(22)	-	301
Softwares e softwares em desenvolvimento	-	97	(14)	-	83
Comissão de Obtenções de Vendas	-	1.709	(403)	(52)	1.254
<b>Total outros ativos intangíveis</b>	<b>-</b>	<b>2.129</b>	<b>(439)</b>	<b>(52)</b>	<b>1.638</b>

## 14 Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor é de R\$1.639 (R\$1.862 em 31 de dezembro de 2021) correspondente a faturas de seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas, independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram substancialmente efetuados até 31 de janeiro de 2023.

## 15 Débitos Diversos

<b>Circulante:</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Obrigações com pessoal	516	541
Arrendamentos (a)	206	-
Valores a Identificar Seguradoras/Operadoras (b)	14	20
Reembolso de despesas a pagar	7	1
Outros	91	105
<b>Total circulante</b>	<b>834</b>	<b>667</b>

<b>Não Circulante:</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Arrendamentos (a)	173	-
<b>Total não circulante</b>	<b>173</b>	<b>-</b>

<b>Total de débitos diversos</b>	<b>1.007</b>	<b>667</b>
----------------------------------	--------------	------------

- a) Vide nota explicativa nº 16 b).  
 b) Valores a identificar seguradoras/operadoras

Referem-se substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa, através de encontro de contas a receber e a pagar entre a Empresa e as operadoras/seguradoras.

## 16 Arrendamentos

- a) Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	<b>31/12/2022</b>
Saldo inicial	-
Adoção inicial de norma	700
Reajustes e renovações de contratos	17
Adição direito de uso (novos contratos)	412
Depreciação no período	(437)
Baixa de arrendamentos	(250)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>442</b>

b) Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adoção inicial de norma	721
Reajustes e renovações de contratos	17
Adição direito de uso (novos contratos)	412
Juros apropriado no período	53
Baixa de arrendamentos	(364)
Pagamentos realizados	(460)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>379</b>
<b>Circulante (i)</b>	<b>206</b>
<b>Não circulante</b>	<b>173</b>

(i) montante vide abertura da nota explicativa nº 15 (débitos diversos)

c) Demonstração de resultado

No decorrer do período foram registrados os seguintes montantes em resultado:

- i) Juros sobre atualização do passivo de arrendamento totalizam R\$ 53.
- ii) As depreciações dos arrendamentos totalizam R\$ 437.
- iii) Em virtude das remensurações e baixas do passivo de arrendamento e consequente baixas de ativo, tivemos um efeito líquido no resultado de R\$ 114.

### 17 Provisões para Ações Judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias (a)	3.716	3.538
Trabalhistas e previdenciárias (b)	1.226	1.273
Cíveis (c)	175	171
Regulatória/ANS (d)	50	134
<b>Total</b>	<b>5.167</b>	<b>5.116</b>

O quadro a seguir apresenta as movimentações nas provisões para os períodos indicados:

	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
Tributárias	3.538	178	-	3.716
Trabalhistas e previdenciárias	1.273	67	(114)	1.226
Cíveis	171	53	(49)	175
Regulatório - ANS	134	-	(84)	50
<b>Total</b>	<b>5.116</b>	<b>298</b>	<b>(247)</b>	<b>5.167</b>

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2022:

- a) A Empresa é parte passiva em processos tributários que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial, no montante de R\$ 3.716 (R\$ 3.538 em 2021), tanto para (a) contingências de natureza tributárias cuja probabilidade de materialização foi avaliada como provável, quanto para (b) contingências materializadas em processos tributários, avaliados como perda provável. O valor é constituído principalmente sobre denúncia espontânea, realizada perante a Prefeitura do Município de São Paulo, em relação ao pagamento dos valores devidos a título de ISS relativo aos períodos de julho de 2016 até agosto de 2020, acrescidos de juros e correção monetária. Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$ 1.226 (R\$ 1.273 em 2021). Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.
- c) A empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$ 175 (R\$ 171 em 2021), estimado como êxito provável, para os quais foi constituída provisão. Avaliados como possível êxito de R\$ 73 para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) discussão sobre índices de reajustes aplicados aos beneficiários (ii) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material.
- d) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$ 50 (R\$ 134 em 2021) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão. Há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, no montante de R\$ 90 (R\$ 0 em 2021).

## 18 Patrimônio Líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Empresa é de R\$150, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 150.000 quotas de valor nominal igual a 1,00.

A participação dos quotistas no capital social da Empresa é a seguinte:

<b>Quotistas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	112.500	112.500
Flávio Paulo de Oliveira Rodrigues	18.750	18.750
Otto de Oliveira Junior	18.750	18.750
<b>Total</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000</b>

### Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$ 30.000 pois atingiu o índice de 20%.

### Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação dos sócios na proposta da distribuição de dividendos de 2022 com pagamento até 31 de dezembro de 2023.

Destinação do Lucro Líquido	2022	2021
Lucro líquido do exercício	12.130	11.971
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(9.491)	(9.263)
Compensação de prejuízos acumulados	-	(158)
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	78,26%	77,38%
Dividendo proposto a pagar	2.639	2.550

### *19 Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasses financeiros de contratos de adesão (*)	6.415	7.378
Provisão (reversão) de provisões para riscos	(80)	212
Outras despesas	102	39
<b>Total</b>	<b>6.437</b>	<b>7.629</b>

(\*) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.

### *20 Despesas Administrativas*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com pessoal (a)	5.761	5.397
Depreciações e amortizações	903	29
Gastos com localização e funcionamento	690	1.314
Gastos com serviços de terceiros	821	915
Outras despesas administrativas	387	729
<b>Total</b>	<b>8.562</b>	<b>8.384</b>

a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários e ordenados	3.449	3.358
Despesa com encargos sociais	1.117	1.115
Provisão de 13º salário e férias	398	407
Despesas com vale refeição	356	307
Despesa com transporte	92	26
Assistência médica	183	60
Outras despesas com empregados	166	124
<b>Total</b>	<b>5.761</b>	<b>5.397</b>

### 21 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.129	422
Juros e multa sobre recebimentos em atraso (*)	899	828
Outras receitas financeiras	72	18
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>2.100</b>	<b>1.268</b>
Despesas financeiras:		
Tarifa de cobrança	(724)	(789)
Atualização monetária	(315)	(148)
Descontos concedidos	(220)	(105)
Outras despesas financeiras	(81)	(15)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(1.340)</b>	<b>(1.057)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>760</b>	<b>211</b>

(\*) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão e produtos complementares. Esses valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.

## 22 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações</b>	<b>18.792</b>	<b>18.808</b>
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(6.389)	(6.395)
Despesas não dedutíveis – outras	(540)	(531)
(Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	(56)	577
Perdas com créditos incobráveis	(18)	(231)
Recuperação de perdas	116	54
Incentivo fiscal	35	86
Ajustes de anos anteriores	20	(456)
Outros	167	59
<b>Total das despesas de IRPJ/CSLL</b>	<b>(6.665)</b>	<b>(6.837)</b>
<b>Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)</b>	<b>35,47%</b>	<b>36,35%</b>

## 23 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui o seguinte compromisso relevante:

- a) Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$ 279 para o exercício social de 2023 (não auditados).

As despesas incorridas com esse contrato no exercício social de 2022 foram de R\$ 11 ( R\$ 0 em 2021 ).

## 24 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2022	2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	18.796	18.808
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	903	29
Provisão de Reajuste	-	812
Perda por redução ao valor recuperável	(120)	-
Resultado financeiro	53	-
Provisão (reversão) para riscos	51	375
	<b>19.683</b>	<b>20.024</b>
<b>Variação dos ativos e passivos operacionais:</b>		
Aumento (redução) de Créditos de operações de administração de benefícios	242	1.849
Aumento de impostos e contribuições a recolher	(333)	(89)
Aumento Provisão para IR e CSLL	269	318
Aumento de outros créditos a receber longo prazo	16	-
Aumento (redução) de Débitos de operações de administração de benefícios	(223)	(440)
Redução (aumento) de Contraprestações / Prêmios a restituir	(473)	616
Redução de Bens e títulos a receber	(223)	(1.734)
Redução de Despesas antecipadas	-	21
Redução de débitos diversos	(1.421)	(2.383)
Redução Comercialização sobre operações	(189)	-
Redução (aumento) de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	(238)	144
Aumento (redução) de créditos tributários e previdenciários	283	(282)
Redução de depósitos judiciais	12	(42)
Aumento (redução) de aplicações financeiras	4.427	(3.336)
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) operações</b>	<b>21.832</b>	<b>14.666</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.190)	(7.897)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>14.642</b>	<b>24.769</b>



## 25 COVID-19

A Empresa não identificou, até o momento, riscos significativos de não continuidade de nossas operações em um futuro previsível, levando em consideração todas as informações atualmente disponíveis.

## 26 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 29 de março de 2023 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2022, quando aplicável.

**Elton Hugo Carlucci**  
Diretor Presidente

**Otto de Oliveira Junior**  
Diretor

**Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto**  
Diretor Financeiro e de Relações  
com o Investidor

**Flavio Paulo de Oliveira Rodrigues**  
Diretor

**Adriana Ricardo Arrais**  
Contadora - CRC. 1SP213332/O-7

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EDF9-666B-37FC-0547> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EDF9-666B-37FC-0547



### Hash do Documento

55D6F2AE93CA6A28A53E6694BCF2C6D0FF23DBC8D4360352FF4629DBD8FA8CDB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

Adriana Ricardo Arrais - \*\*\*.929.108-\*\* em 30/03/2023 18:51  
UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

